



COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ARRAIAL DO CABO: PESCA, LENDAS, HISTÓRIAS E CULTURA IMATERIAL

Manuela Manhaes

manuchagasmanhaes@gmail.com

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA e apoiado pelo Programa de Pesquisa e produtividade da Universidade Estácio de Sá (unesa). Partimos do pressuposto que as narrativas são pessoais, mas, no entanto, acontecem num espaço (ambiente/territorialidade) em momentos específicos da interação social, e este seria um dos motivos para podermos entendê-las como representantes do próprio ethos do grupo no qual o ator social está inserido. Desse modo, ao falar de si, de suas memórias, recortes e lembranças, ou ainda, recontar histórias que trazem representações da própria comunidade, significa que o indivíduo recai na esfera coletiva. É sabido que a narrativa é um discurso e enquanto discurso demonstra sentidos entre os interlocutores. Isso significa dizer que ao usarmos a linguagem como forma de manter nossas relações dialógicas, há mais do que transmissão de informações. Segundo Orlandi (2002, p.15), a linguagem além de transmitir informações com o discurso, forma um complexo processo na constituição de sujeitos sociais e seus sentidos nos quais há identificação de tais sujeitos, há argumentações, subjetivações e construções da realidade social. No conto Pé de Cabra, o narrador retrata a redefinição da vila de pescadores, em Arraial do Cabo, no cenário nacional e as novas realidades que seriam compartilhadas. Tais realidades seriam variações significativas para esta comunidade partindo de um contexto determinado com a implementação da Companhia Nacional da Álcalis e novas oportunidades. Nesse conto, a narrativa discorre, de maneira ímpar, sobre as miudezas dessa

comunidade e as alterações vivenciadas por ela com a mudança social dirigida e a instalação da Companhia Nacional de Alcalis.

PALAVRAS CHAVE: narrativa, memória social, comunidades tradicionais

ABSTRACT

This article is the result of research funded by the Pescarte Environmental Education Project (PEA) which is a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA. and, in addition, it is supported by the research and productivity program of the Universidade Estácio de Sá (UNESA). We start from the assumption that the narratives are personal, but, however, they take place in a space (environment/territory) at specific moments of social interaction, and this would be one of the reasons for us to be able to understand them as representatives of the group's own ethos in which the social actor is inserted. In this way, when talking about themselves, their memories, clippings and memories, or even recounting stories that bring representations of the community itself, it means that the individual falls into the collective sphere. It is well known that narrative is a discourse and while discourse demonstrates meanings between the interlocutors. This means that by using language as a way of maintaining our dialogic relationships, there is more than transmission of information. According to Orlandi (2002, p. 15), language besides transmitting information with discourse, forms a complex process in the constitution of social subjects and their senses in which there is identification of such subjects, there are arguments, subjective and constructions of social reality. In the story of Pé de Cabra, the narrator portrays the redefinition of the fishing village in Arraial do Cabo, in the national scenario and the new realities that would be shared. Such realities would be significant variations for this community starting from a determined context with the implementation of the National Company of the Alkalies and new opportunities. In this story, the narrative discusses, in a unique way, the offal of this community and the changes experienced by it with the social change directed and the installation of the National Company of Alkalies

KEY WORDS: narrative, social memory, traditional communities

INTRODUÇÃO

Segundo Reuter (2002), há vozes nas narrativas, pois ao narrar estaremos contando histórias, fatos, com diferentes perspectivas e diferentes sujeitos sociais envolvidos. Isso se deve ao fato da percepção ter diferentes formatos e ser intersubjetiva, depende do indivíduo, o que permite a construção das distintas significações. Nesse quadro, a relação entre os envolvidos em seu interior colabora com as impressões que têm diferentes prismas e estarão sendo

mediadas pelos narradores. A narrativa evidencia uma maneira de contar histórias; ela é percorrida pelas memórias individuais, as quais corresponderão às formas de interpretar fatos do passado no presente e sua relação direta com o cotidiano. Dessa forma, o ato de narrar é uma rememoração de fatos, acontecimentos que estarão no interior de um grupo, de uma comunidade; é o de "desenrolar fios de meadas" (BOSI, 1994, p. 413). Funciona de maneira simbólica diante de sua própria construção. O ato de narrar tem elementos objetivos e subjetivos que encarnam denominadores comuns dos diversos membros envolvidos e, por isso, tais elementos podem ser considerados parte integrante da vida social na comunidade e, conseqüentemente, fundamentais para a memória social e coletiva.

O fato é que todas as narrativas sejam elas orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais ou não-oficiais, são narrativas de identidades (ANDERSON apud ERRANTE, 2000, p.142). Nesse aspecto, Errante (2002, p.142) afirma que as narrativas são fontes da realidade social construídas historicamente, e que o narrador, por sua vez, comunica como ele se percebe, assim como percebe os demais e é percebido. Desse modo, há articulação das vozes narrativas à identidade; há articulação do narrador com o grupo e o meio em que vive (territorialidade).

É desse modo que, a partir dos pressupostos geertzianos (2015), os sistemas culturais se dão dentro do discurso e através de diversas ferramentas, instrumentos de ação, relação e organização social. Assim, como sistemas que estão entrelaçados a signos interpretáveis, a cultura não significa poder. Para Geertz (2015, p.10), a cultura não pode ser uma mera atribuição casual dos fatos, dos acontecimentos sociais ou as próprias instituições. A cultura seria o contexto que pode ser descrito de maneira inteligível. Sendo assim, a cultura é formada por sistemas, os quais são construídos e modelam as ações vivenciadas no cotidiano das comunidades. Quando vislumbramos a existência desses sistemas significantes de uma comunidade tradicional, torna-se claro que eles são correspondentes ao acervo passado de geração em geração, que constroem a memória social e coletiva (CANDAU, 2016) tendo a narratividade como mediadora.

2.0 DESENVOLVIMENTO

É fato que na diversidade cultural brasileira encontramos um enorme acervo formador de diferentes identidades culturais. Logo, entre elas, temos aquelas que são definidas como comunidades tradicionais, as quais se encontram em diversos ambientes no Brasil e são determinantes para compreendermos o que nos forma: a cultura. A cultura, bem definida de diferentes formas, pelos diferentes períodos, escolas e autores, nos remete a pensar num ponto de convergência entre eles: a formação dos sistemas culturais. Estes, por sua vez, são formados por elementos e traços culturais materiais e imateriais que são encontrados no cotidiano, nas relações travadas no dia a dia, por isso, são a base da socialização. O interessante é que a socialização só é possível porque existe o que ser mediado que, para nós, seria a própria memória social e coletiva. Essa memória representa o parâmetro para a compreensão de tais comunidades e a existência das mesmas e suas transformações, reinterpretações.

2.1. AS COMUNIDADES TRADICIONAIS, A HISTORICIDADE E OS SISTEMAS SIMBÓLICOS SIGNIFICANTES

Ao pensarmos sobre as comunidades tradicionais temos referência de diversos autores. Mas, partiremos da reflexão de Tonnies (apud LIFTSCHITZ, p. 2011), que é considerado um marco no desenvolvimento do conceito no livro: *Comunidade e sociedade* em 1881. Influenciado pela época, percebemos que a sua formação teórica envolve o historicismo e o positivismo. Dessa forma, o termo comunidade surge como um “Tipo Puro”, de maneira que faz relação aos ideais positivistas, ao conceber comunidade como um “organismo vivo” que funciona de maneira equilibrada, harmonizada, o que demonstra a influência sofrida pelo autor pela teoria durkheimiana (positivista). Entretanto, ele também traz referências simbólicas e torna clara a dimensão afetiva vivenciada pelos membros de uma comunidade e sua construção. Isso significa dizer que o indivíduo seria cercado pela afetividade num primeiro momento no núcleo

familiar e, por conseguinte, os laços comunitários seriam considerados um prolongamento dessa “afetividade” considerada “natural”.

Embora nessa primeira definição houvesse a relação consanguínea, afetividade e comunidade, há outras formas comunitárias. Nessas últimas, por sua vez, além da unidade afetiva se teria a associação de dimensões objetivas como, por exemplo, a comunidade de lugar que é determinada pela territorialidade, ou seja, o território compartilhado e tarefas sociais. Além disso, ele define a comunidade de espírito a qual também remete a um lugar e a um laço social que é imaterial, vivenciada pelos valores morais e religiosos. O fato é que, segundo alguns pressupostos tonnieanos pontuados por Lifschitz (2011, p. 23-24), a comunidade traz consigo a construção de um modo de vida mais simples e saudável. Ela modela, entre seus membros, o sentido de companherismo tornando-o mais significativo nas relações e estabelece a solidariedade mecânica (conceito durkheimiano, presentes nas sociedades ditas como primitivas e tradicionais), entre seus membros a partir dos laços afetivos comunitários. Entretanto, orientado pelo Historicismo, afirma que as suas definições seriam uma parte integrante para a compreensão das comunidades. Porém, essas definições seriam transitórias e, por isso, precisariam ser discutidas e repensadas para que possibilitassem uma perspectiva de preservação das comunidades no cenário da Modernidade.

Além disso, há uma percepção de que a comunidade seria uma transição para a sociedade devido às transformações internas, ao seu crescimento, assim como da divisão social do trabalho. Há autores que consideravam essa concepção tonnieana endógena e outros, por sua vez, exógena, mas o fato é que eles tinham um ponto em comum: a importância do reconhecimento entre os membros para existir os laços comunitários. Entretanto, a comunidade não estaria alheia à mudança social possibilitando, então, o comunitário seguir em direção ao societário em que haveria entre os membros envolvidos a solidariedade social orgânica, devido à divisão do trabalho e seu grau de complexidade, e não mecânica como nas comunidades.

Já segundo Diegues e Arruda (2001), o conceito de cultura tradicional está diretamente ligado à cultura distinta de outras noções de território e espaço onde o grupo social se reproduz economicamente e socialmente. Tal fato demonstra

a importância da historicidade para a definição do modo de vida. Nesse contexto, o companheirismo se referiria também ao reconhecimento entre os membros como pares. Para tanto, ressaltamos os pressupostos de Diegues e Arruda (2001), os quais determinam alguns pontos para que se considere uma comunidade como comunidade tradicional. Entre eles ressaltamos os pontos abaixo:

1. A relação direta com a natureza, com a territorialidade, recursos naturais e desenvolvimento do modo de vida.
2. O conhecimento aprofundando da natureza e de seus ciclos para que haja estratégias tanto do uso quanto do manejo dos recursos naturais. Além disso, o conhecimento acumulado é transferido pela oralidade de geração em geração.
3. A noção de território, espaço no qual o grupo social, a comunidade se mantém se reproduzem tanto economicamente quanto socialmente.
4. Outro fator é a moradia e a própria ocupação do território por várias gerações, mesmo que alguns de seus membros tenham se deslocado migrado, para outros espaços e regressado para o lugar de seus antepassados.
5. A importância da atividade de subsistência, ainda que a produção possa ser considerada mais ou menos desenvolvida implicando a sua relação mercadológica.
6. Outro ponto fundamental é a relevância da unidade familiar, doméstica ou comunal e das relações de parentesco, compadrio e companheirismo para realização de atividades econômicas, sociais e culturais.
7. A forma pela qual são executadas tais tarefas, que geralmente são simples, com impacto limitado sobre o meio ambiente propriamente dito. Além disso, há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho sobressaindo o artesanal.
8. E ainda, temos como fator a autoidentificação ou identificação por outros de pertencer a essa cultura compartilhando o modo de vida e seus traços culturais.

A definição das comunidades tradicionais que no percorrer da história

interagem com a natureza e com os costumes repassados de geração em geração, como as pesqueiras e quilombolas, possibilita a compreensão do sentido de preservação, ao tentarem dar continuidade às tradições recebidas dos antepassados, mesmo com ressignificações e reinterpretações. Para isso, percebemos o uso de narrativas por meio da oralidade. Tais narrativas são definidoras de um riquíssimo sistema simbólico e, assim, de modos de vida e são constituintes da memória social e coletiva. Essa, por sua vez, retorna a um lugar remoto no tempo vivido rompendo o esquecimento dando, então, espaço à vida e às lembranças “recontadas”, constituindo uma colcha de retalhos confeccionada por todos os membros envolvidos na comunidade. Por isso, essas estão sendo vistas nas últimas décadas sob uma nova perspectiva pelos cientistas sociais, historiadores, pelo poder público e segmentos da sociedade, em geral.

De acordo com Certeau (2000), os saberes tradicionais se constroem e se reconstroem todos os dias por indivíduos comuns e que são os fios condutores da historicidade e sobrevivência da própria comunidade. É evidente o papel do homem simples como membro detentor de identidade própria e coletiva, mas que também deve ser reconhecido e respeitado pelos agentes externos e inseridos no contexto nacional como produtores de conhecimentos e mantenedores de tradição do modo de vida desenvolvido. Logo, percebemos que há necessidade da continuidade das tradições através da oralidade e símbolos formadores da identidade. Diante desse fato, é importante salientar que a formação e redefinição da identidade cultural de resistência, especificamente, acontecem a todo instante e constroem-se conforme as forças do local e a interferência das tradições. Ou seja, vão sendo “reconstruídas” dentro das comunidades tradicionais. Nesse contexto, Braga (2000, p. 82) contribui para nossa reflexão ao afirmar que:

O homem nasce totalmente dependente das condições históricas e suas funções intelectuais e comportamentos relacionados se desenvolvem na medida da sua interação com o outro, da sua inserção na cultura. Essa inserção na cultura constitui a complexificação da vida do homem, a qual estabelece sobre duas bases: o uso do instrumento e o uso do signo. No homem, a memória está ligada ao uso dos signos que é produtos de sua interação social.

Sendo assim, compreendemos que num primeiro momento, até como forma

de sobrevivência, os laços comunitários são firmados tanto subjetiva quanto objetivamente. A convivência entre os atores sociais foi “obrigada” pelo contexto político, geográfico, histórico, da mesma forma que há a formação de sua consciência social. Tais contextos geram condições históricas determinadas. Conseqüentemente, quando refletimos no que concerne às comunidades tradicionais há a constituição de uma gama identitária e cultural complexa. Tais identidades definem os instrumentos, signos e universos simbólicos das mesmas. Portanto, ao longo da história de construção do povo brasileiro, especificamente, há diferentes culturas, e por conseguinte, diferentes identidades de resistência e de projetos que definem as tradições e modos de vida das mais diversas comunidades tradicionais.

2.2. ENTRE LENDAS, HISTÓRIAS E PARTICULARIDADES DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS ARTESANAIS DE ARRAIAL DO CABO

Por escolher essa comunidade tradicional pesqueira, utilizaremos como fonte de análise o livro: “Arraial do Cabo seus contos e seus encantos”, organizado e documentado por Wilnes Martins Pereira. Tal livro foi o resultado de um trabalho etnográfico de coletar de informações de histórias orais organizadas pelo autor. Desse modo, esse livro realmente é uma fonte grandiosa de elementos estruturantes significativos na construção da memória social e coletiva e da identidade cultural da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Por isso selecionamos alguns contos.

Nesse processo seletivo buscamos a compreensão da conexão entre representações do contexto sociocultural e o seu isolamento social geográfico, os elementos estruturantes significativos e particularidades narradas entre os membros da comunidade. É perceptível a importância da relação da territorialidade, ancestralidade, meio ambiente e o sentido de comunidade tradicional; o desenvolvimento da pesca artesanal e sua definição; e as vivências experimentadas no cotidiano com determinação de funções e saberes, além das lendas com caráter mágico e ficcional construídas na vila de pescadores. Entendemos, então, que esse livro é uma fonte de informação sobre a

comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo. Assim sendo, podemos compreender como o aprendizado informal construído historicamente demonstra a relação do conhecimento espontâneo na composição dos seus saberes, sabores, valores, divisão de papéis sociais e racismo local mediante a formação étnica da comunidade cabista.

Nesses contos, percebemos a possibilidade de compreensão da própria experiência da realidade narrada por diferentes interlocutores, de maneira que fica evidenciada a diversidade sequencial da narrativa (REUTER, 2002). Segundo Reuter (2002, p.128-129), isso significa dizer que na narratividade há componentes que são dissecados no texto no momento em que há a escolha das palavras, desenvolvimento dos personagens, as ações descritas entre outros. No entanto, esses componentes podem ser formados sob uma forma seqüencial, na qual está presente uma maneira de organização própria descritiva, argumentativa, explicativa. Em outras palavras, as histórias contadas podem alternar as seqüências desenvolvidas. Nas palavras de Reuter (2002, p.128-129):

Esses componentes podem permanecer disseminados no texto (na escolha das palavras, dos personagens, das ações, dos subentendidos...). Mas também podem ser formalizados sob a forma de seqüências, dotadas de uma organização própria, passíveis de serem isoladas como tais. Assim, uma narrativa pode alternar seqüências narrativas (com sua organização em cinco etapas), seqüências descritivas (que desdobram as propriedades e as partes de um personagem, um lugar ou um objeto) ou seqüências explicativas (caracterizadas pela construção de uma resposta sob a forma de explicação de uma questão implícita ou explicitamente formulada). Podemos ainda alternar seqüências argumentativas (passando de uma tese contestada para outra, por meio de argumentos refutações, concessões...), seqüências injuntivas (articulando ações por fazer ou por mandar fazer) ou seqüências dialogais (caracterizadas por um encadeamento de réplicas sob formas de afirmações ou de perguntas-respostas.

Nesse sentido, ao compreendermos a importância da narrativa e seus diferentes formatos, há diferentes componentes que são fundamentais para seu desenvolvimento. No que se refere à relação dialógica entre os membros da comunidade encontramos diferentes seqüências explicativas, argumentativas, dialogais e descritivas. Desse modo, há um grande acervo cultural que passeia em suas histórias recontando o seu modo de vida e, por isso, é um bem cultural, o que as torna, então, além de ficções por percorrer o imaginário social, uma

fonte de elementos definidores do modo de vida, de vivências e memória social e coletiva, reafirmando os elementos materiais e imateriais, bens culturais, e a constituição do sentido do patrimônio cultural dessa comunidade e da sua identidade cultural.

Segundo Azevedo e Júnior (2012), as diversas linguagens colaboram para revestir o espírito dos que com ela se relacionam. Desse modo, ao compartilhar a linguagem por meio de distintas narrativas, as interlocuções constituem sentidos e significados possibilitando a continuidade de representações, apreensão de valores e, assim, de patrimônio. Tais valores se exteriorizam nas ações dos indivíduos, membros da comunidade, determinando o que o indivíduo pode ou não fazer. Por conseguinte percebe-se a associação existente entre a idéia de patrimônio cultural e a própria concepção de cultura como algo inteligível. Isso se deve à apropriação daqueles sentidos objetivos e subjetivamente definidos no meio social em questão.

Por meio dessas narrativas, entendemos que a sua importância e suas perspectivas convergem com a nossa reflexão sobre a existência do reconhecimento social na dimensão comunitária e sua relação com a cultura como contexto. Em outras palavras, em tais narrativas há a cultura como contexto, particularizada pelas especificidades vivenciadas no processo de socialização, mantendo o sentido do que forma os cabistas. Isso significa dizer que as narrativas possibilitam a compreensão dos elementos significantes desta comunidade, que são compactuados e compartilhados entre seus membros por meio da interlocução. Portanto, a cultura, vista no contexto social no qual são vivenciados tais elementos significativos, pode permitir o fortalecimento do sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, do que Honneth (2009) definiu como reconhecimento social comunitário entre os membros da comunidade tradicional pesqueira de Arraial do Cabo.

Por conseguinte, encontramos nos contos organizados por Pereira (2013), de maneira geral, tradições, costumes, crenças, saberes, costumes. Há uma edificação do tornar-se humano sobre diferentes prismas, que são fundamentais e que caracterizam a cultura como contexto da comunidade pesqueira artesanal de Arraial do Cabo. Podemos dizer que é um patrimônio imaterial que permite aos sujeitos sociais conhecerem e se reconhecerem.

Assim, em tais contos que foram “remontados” por Wilnes Martins Pereira, há uma narrativa que provoca o imaginário e traz uma espécie de visão de mundo, de estar no mundo, ao qual os interlocutores dessa comunidade se sentem pertencentes. A narrativa permite a escuta compartilhada, de maneira objetiva e descritiva entrelaçadas às questões subjetivas, permeando o processo ficcional por estar presente no imaginário social e, ao mesmo tempo, trazendo elementos da realidade social. É uma escrita repleta de achados e perdidos que passeiam na memória social e coletiva.

O CONTO

Segundo Benjamin (1987, p.210), o cronista é o narrador da história. Concordamos com o autor ao afirmar que o narrador mantém sua fidelidade à época, ao seu olhar sobre os fatos contados, reinventados, reinterpretados. Por isso, uma história recontada não será a mesma, passa pela intersubjetividade, influenciada pelos valores, pela socialização, pelo tempo que refugiam a formação do indivíduo. Mas, para que a narrativa mantenha-se viva, há uma relação ingênua entre o ouvinte e o narrador, a qual é dominada pelo interesse de conservar o que foi narrado. “Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade de reprodução” (210).

O que isso significa? Segundo o autor (1987), o narrador tem suas raízes no povo, na sua comunidade, é um artesanato de palavras que tem a musa da reminiscência, inspirando a formação da memória. O narrador é capaz de provocar o sentido de vida e moral da história passada de geração à geração. Nas palavras de Benjamin (1987, p. 214): “Em suma, independentemente do papel elementar que a narrativa desempenha no patrimônio da humanidade, são múltiplos os conceitos através dos quais seus frutos podem ser colhidos”.

Logo, nos questionamos como o narrador favorece para que haja representatividade e não-representatividade na narrativa. Isso acontece por existir um hibridismo nas histórias com a rememoração e as possíveis ressignificações. Assim, encontramos a ressignificação nas histórias cabistas, passadas de geração em geração. Estas são construídas por elementos significantes que compõem a própria vida social, principalmente, quando

pensamos na historicidade dessa vila de pescadores que é retratada nas narrativas. Os fatos descritos são compartilhados, ganham um novo leque de sensações e emoções quando construídos e captados pelo narrador. Tais fatos, lendas e estórias estão voltados para a evocação de um referencial: elementos culturais da realidade social cabista.

O CONTO: PÉ DE CABRA

O Conto, denominado Pé de Cabra, foi selecionado para que possamos compreender o antes e o depois da instalação da Companhia Nacional de Álcalis na década de 50. Assim, há uma descrição sobre o processo de instalação da CNA, das suas funções e como a migração propiciou uma maneira de perceber este “forasteiro”. O trabalho da pesca artesanal será substituído pela possibilidade de estabilidade, principalmente, por ter a carteira de trabalho assinada pela primeira vez ao se tornar funcionário da Companhia.

Além disso, este conto está impregnado de questões socioculturais da organização da comunidade, demonstrando especificidades ocasionadas pelo isolamento social e geográfico e sua alteração. Assim, a simplicidade no modo de vida, os estereótipos e a ingenuidade podem ser percebidas nas ações dos membros dessa comunidade da mesma forma que as novas perspectivas de vida.

Neste aspecto Prado (2002, p.130) argumenta que:

O conteúdo cultural, oriundo de uma geração anterior, que se transmite pela tradição, através da linguagem, é sempre muito mais do que um fluxo de palavras; ela compõe, por analogia, uma série significativa que serve de suporte e garantia às variações de uma série significada, que parte de um contexto, de forma a possibilitar o enquadramento significativo de algo novo, daquela descoberta, do que não se sabia e agora se sabe, porque ocorreram mudanças. É por conta disso que em cada avanço material, ou em cada conquista técnica, são inseridos novos significados, que são os “novos moradores” das casas vazias ou dos significantes que, por conta das mudanças ocorridas, não encontram sua significação original, ou seja, imediatamente transmitida pela geração anterior, no presente, gerando uma nova ordem significável. Chega-se, portanto, a um só caminho, de mão dupla, que não opõe a estrutura de acontecimentos. É deste modo que o significante “tradicional” ou “pescador” ou “cabista” pode ter diferentes significados contextuais: posto que o conteúdo cultural vai sendo modificado no decorrer de sua passagem ou transmissão.

No conto Pé de Cabra, o narrador retrata a redefinição da vila de pescadores no cenário nacional e as novas realidades que seriam compartilhadas. Tais realidades seriam variações significativas para esta comunidade partindo de um contexto determinado com a implementação da Companhia Nacional da Álcalis e novas oportunidades. Nesse conto, a narrativa discorre, de maneira ímpar, sobre as miudezas dessa comunidade e as alterações vivenciadas por ela com a mudança social dirigida e a instalação da Companhia Nacional de Álcalis

Assim, há nas entrelinhas a compreensão da perspectiva de vida dos membros dessa comunidade e a definição de pertencimento. Por outro lado, imersos no seu modo de vida, as suas lembranças perpassam nos fatos que demonstram as transformações que serão provocadas por um novo contexto social com a industrialização. Um caminho de mão dupla seguiria o desenvolvimento dessa comunidade, já que segundo Shalins (1990, p. 147), “a transformação de uma cultura é um modo de sua reprodução”.

Pé de cabra

O povaréu se ajuntava no Morro da Boa Vista para ver as máquinas novas de terraplenagem que faziam o nivelamento do solo. Era a Companhia Nacional de Álcalis que chegava a Arraial do Cabo para fabricar o carbonato de sódio, mais conhecido como barrilha. Com essa fábrica, chegava, também, a esperança de transformar uma simples vila de pescadores em cidade industrial. Arraial do Cabo era, nessa época, o Quarto Distrito do Município de Cabo Frio.

Os moradores de Arraial do Cabo eram admitidos de imediato em cargos específicos: desde a função de serviços gerais a marítimos, pois, a lagoa de Araruama seria dragada para a exploração do calcário, matéria prima essencial para o fabrico de carbonato de sódio. Estávamos felizes por ver nossas carteiras de trabalho assinadas pela primeira vez, principalmente, por uma empresa de fama internacional. Todos vibravam de alegria expondo esse documento como se fosse um troféu olímpico.

As mocinhas da cidade ensaiavam namoricos àqueles que exerciam qualquer atividade na comunidade alcalina. Nenhum funcionário da estatal ficava sem

casamento, mesmo o mais feioso; o namoro era garantido devido à estabilidade no emprego que a usina proporcionava a seu empregado.

Os grandes canteiros de obra careciam, ainda, de mão de obra não especializada. Para essa demanda, chegavam ao nosso Distrito, dezenas de operários vindos de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste.

Naquela época, esses trabalhadores nordestinos eram chamados de “cabras”, alcunha utilizada mais tarde, por extensão, a todos os funcionários não graduados pertencentes ao quadro fabril.

A obra transcorria satisfatoriamente; era cabra para todos os lados. Cabra caminhando com material no ombro, auxiliando na lubrificação de máquinas, nas operações de transportes, cabra segurando a baliza topográfica, enfim, cabras trabalhando 10 horas por dia, 07 dias na semana e 30 dias no mês.

Um caso curioso, ocorrido nos canteiros, foi quando um profissional de carpintaria ao trabalhar no telhado de um galpão, solicitou a um de seus ajudantes que fosse até o almoxarifado e trouxesse, com urgência, um “pé de cabra”.

O auxiliar saiu apressadamente e foi até o galpão de material solicitar a ferramenta. O almoxarife, auxiliar recém-contratado, não conhecia nenhum instrumento e nem por um instante, procurou saber da existência da ferramenta com esse nome. Viu que na requisição solicitava, simplesmente, um “pé de cabra”, chamou em particular um paraibinha recentemente admitido, e ordenou asperamente:

- Olha aqui Paraíba, o chefe da carpintaria está requisitando um pé-de-cabra. Vai tratando de suspender uma das bainhas da calça, enquanto pego o facão para amputar uma de suas pernas.

Contam alguns funcionários que o paraibinha saiu em correria e nunca mais foi visto na cidade de Arraial do Cabo.

(PEREIRA, 2013, p. 107-109)

Dessa forma, essa narrativa torna-se uma demonstração do antes e depois da instalação da Companhia Nacional da Álcalis. Além disso, nesse conto, encontramos a representação dos elementos estruturantes significativos e as possíveis modificações por existir a construção de novas escolas, novas

profissões, novas residências, novos hábitos e novos sujeitos sociais. Como vimos, no capítulo III, a possibilidade de ter carteira de trabalho significaria estabilidade e uma forma de melhorar as condições de trabalho. Quando da abertura da CNA, além de inúmeras questões de infraestrutura, novos empregos e status surgem; há um novo formato social com o processo de migração, assim como, uma nova expectativa de vida.

Os moradores de Arraial do Cabo eram admitidos de imediato em cargos específicos: desde a função de serviços gerais a marítimos, pois, a lagoa de Araruama seria dragada para a exploração do calcário, matéria prima essencial para o fabrico de carbonato de sódio. Estávamos felizes por ver nossas carteiras de trabalho assinadas pela primeira vez, principalmente, por uma empresa de fama internacional. Todos vibravam de alegria expondo esse documento como se fosse um troféu olímpico.

As mocinhas da cidade ensaiavam namoricos àqueles que exerciam qualquer atividade na comunidade alcalina. Nenhum funcionário da estatal ficava sem casamento, mesmo o mais feioso; o namoro era garantido devido à estabilidade no emprego que a usina proporcionava a seu empregado (PEREIRA, 2013, p.107).

Assim, evidencia-se que a pequena vila de pescadores artesanais, diante da dinâmica social, reformula a concepção de quem é cabista. Percebemos tal fato quando nos deparamos com a sequência argumentativa, dialogal e descritiva, as quais demonstram que a mudança é permeada pela “re-socialização” devido à quebra do isolamento social e geográfico, processo migratório e as novas formas de trabalho e, ainda, uma sequência de diálogos sobre o “pé de cabra”. Desse modo, são incorporados ao meio social outros valores, saberes e maneira de se perceber o migrante. Com a confluência de novos atores sociais, há a constituição de estereótipos de quem é o forasteiro, quem é o estranho que adentrará aquela comunidade e quem são, verdadeiramente, cabistas promovendo o reconhecimento social na dimensão comunitária para com aqueles que compartilharão o novo contexto social.

Os grandes canteiros de obra careciam, ainda, de mão de obra não especializada. Para essa demanda, chegavam ao nosso Distrito, dezenas de operários vindos de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste.

Naquela época, esses trabalhadores nordestinos eram chamados de “cabras”, alcunha utilizada mais tarde, por extensão, a todos os funcionários não graduados pertencentes ao quadro fabril (PEREIRA, 2013, p. 108).

Diante desses fatos, é perceptível que a Companhia Nacional da Álcalis promoveria uma mudança na pequena vila de pescadores de Arraial do Cabo. Alinhado ao pensamento da época, daquele contexto político desenvolvimentista, a mudança dirigida seria um caminho desenhado por intelectuais e políticos. Como Prado (2002, p. 87) afirma:

A nova ordem de produção vem de cima, de intelectuais, políticos, militares e pessoas de destaque, nas quais se deve depositar confiança, até certo ponto submissão, pois se crê que suas intervenções são legítimas e sábias e, por isso, capazes de inserir mudanças positivas.

A migração, principalmente do nordeste e noroeste fluminense, foi um fato. A população de Arraial do Cabo triplicou em poucas décadas. Até então, a pequena vila de pescadores era definida por três lugares, três praias onde fixavam residências: Praia dos Anjos, Praia Grande e Prainha. Agora novos bairros surgiriam assim como os sentidos e representações dos elementos estruturantes significantes daquela comunidade. Segundo Prado (2002, p. 39), os demais locais foram consequências da migração que teve seu início com a Álcalis.

(...) os outros são provenientes da migração oriunda da Álcalis. A Praia dos Anjos foi a principal área de colonização não só de pescadores portugueses como também de uma mistura étnica que incluía a pirataria francesa, inglesa e holandesa, sendo um lugar predominantemente de loiros. A praia Grande foi o segundo maior pólo, e a composição étnica ali contou com índios e negros; a Prainha, considerada uma continuação da Praia Grande, era o reduto dos negros. Com a industrialização percebemos uma nova dinâmica ocupação populacional, que criou novos bairros para os imigrantes (PRADO, 2002, p. 39).

Nesse contexto, haverá alterações na cultura, nos seus elementos estruturantes significativos incorporando novos valores, novos hábitos, novos costumes, ou seja, novos elementos culturais materiais e imateriais. Até então, tinha-se uma comunidade filha do isolamento social e geográfico, onde seus membros elaboraram um modo de vida partindo de seu processo de formação e aculturação. Agora, com a Álcalis, há um rompimento desse isolamento permitindo que novos elementos fossem incorporados ao meio social devido aos

novos atores sociais. Muitos dos pescadores fomentaram participar dessa nova ordem, haveria estabilidade, carteira assinada, seria sinônimo de progresso.

Entretanto, Prado (2002) salienta que muitos retornaram para o que lhes identificava: pescadores artesanais. A pesca artesanal, dessa forma, nessa região, é um marco que se alimenta do sentido de ser pescador e, como a campanha (grupo de pesca de uma canoa) favorece o sentido de companheirismo até hoje nessa região. Tal fato é determinante na segregação da comunidade entre os nativos e migrantes. Os migrantes são considerados como membros da comunidade ou como forasteiro, o cabra, formando rótulos e definições sobre si mesmo e os demais sujeitos sociais que ali estavam a partir da cultura como contexto.

Como forma de identificar-se, determinados elementos são considerados essenciais. Estão presentes nas histórias rememoradas pela comunidade, retomando sentidos e significações na constituição da memória social e coletiva. Em seu cotidiano, encontramos diversos simbolismos que retratam sua historicidade e, como a pesca artesanal, seus saberes, suas funções ainda são fundamentais para integração dos membros dessa comunidade. Mesmo com a Companhia Nacional da Álcalis, é perceptível um deslumbramento num primeiro instante e, também, o regresso de muitos que não conseguiram se adequar às normas da empresa e, conseqüentemente, retornaram à pesca artesanal.

3.0 CONCLUSÃO

Compreendemos a relevância do conjunto de elementos culturais materiais e imateriais da mesma forma que suas transformações e reproduções e, conseqüentemente, as possíveis alterações e adequações do sentido da identidade de resistência e de projetos. Tais conjuntos de elementos materiais e imateriais predeterminam uma cultura local e são determinantes das especificidades desenvolvidas no contexto sócio- histórico cultural da comunidade pesqueira artesanal cabista.

A memória social e coletiva, embora seja uma grande colcha de retalho, traz interseções de experiências de vida objetiva e subjetiva em torno da pesca e suas nuances. Podemos afirmar que há uma grande relevância da memória

social e coletiva e do processo de rememoração para a reestruturação da cultura local e novas possibilidades do reconhecimento social entre os membros da comunidade. Tanto a rememoração quanto a memória social e coletiva são fundamentais para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, mas também para novas formas de conceber a cultura local, articulando tradições, saberes, sabores, sonoridades, artesanatos.

Já no que se refere à historicidade dessa comunidade, esta demonstrou algumas questões que foram determinantes para a constituição dos elementos culturais materiais e imateriais, os quais são fundamentais para a cultural local, microrregional dessa comunidade pesqueira artesanal. Entre eles compreendemos que a população cabista foi determinada pelo isolamento social e geográfico. Logo, os nativos de Arraial do Cabo foram abandonados entre os morros, dunas e restingas, alimentaram-se de um orgulho do passado histórico de “conquistadores” de terras, formando, então, a memória social e coletiva.

Entretanto, embora tenha existido o processo de aculturação, houve uma hierarquização dentro da própria comunidade no que se refere à dominação cultural, tendo como padrões culturais e valores a cultura portuguesa. Tal fato promoveu a definição das praias como espaços sociais legítimos para uns e não para outros, por isso as segregações existentes nas principais praias: Praia Grande, Prainha e Praia dos Anjos, ou seja, há existência da segregação dos segmentos sociais e definição de padrões culturais vivenciados e reproduzidos pelos seus membros. Assim sendo, diante da hierarquização das etnias, foi surgindo um grande racismo local que deve ser superado para que o reconhecimento social comunitário torne-se uma realidade vivenciada pelos membros da comunidade como um todo.

Sobre a relevância da integração das narrativas, do processo de rememoração e da constituição da memória social e coletiva, foram evidenciadas a historicidade e as particularidades da comunidade relatadas por Prado (2002), as quais foram favorecidas pela oralidade, por histórias contadas, lendas que percorrem o imaginário social e uma grande pesquisa etnográfica. Além disso, ao analisarmos algumas histórias contadas, partimos de um livro organizado por Wilnes Pereira. Percebemos que estas narrativas estão recheadas de

rememorações que apontam alguns elementos estruturantes significativos. Nossa reflexão foi facilitada, pois quando a narratividade toma formato de uma narrativa organizada num livro de contos, traz possibilidades de formação de um pequeno acervo cultural da comunidade tradicional de pesca de Arraial do Cabo. Assim, outros indivíduos podem ter contato não apenas com a história em si, mas também, possibilidades de conhecer novas culturas, novos fatos que trazem impressões subjetivas e objetivas de realidades sociohistóricas diversas, como as da comunidade cabista. Desse modo, esses dois autores foram essenciais para nossa compreensão da cultura como contexto na comunidade de pesca artesanal cabista.

Nas narrativas encontramos os elementos constituidores da memória social e coletiva da comunidade e o que a afeta, do que pode favorecer o fortalecimento do sentimento de pertencimento e, assim, do reconhecimento social comunitário. Podemos exemplificar alguns pontos essenciais presentes nos contos analisados A comoção que é a pesca de cerco, remetendo às tradições passadas de geração para geração. As alterações no meio social, além de novas concepções no modo de vida, novos sonhos, status e projetos com a instalação da Companhia Nacional da Álcalis devido ao processo migratório, assim como os estereótipos formados pela comunidade são observados no conto o *Pé de Cabra*.

4.0 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Nilo Lima de & JUNIOR, Wilson Coury Jabour (org). Reflexões e olhares: o patrimônio cultural de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Funalta, 2012, pp. 17-42.

BEGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22ª. Edição. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIM, Walter. *Magia, técnica e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3.ed. Editora Brasiliense. São Paulo: 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1ª. Edição. SP: Contexto, 2016.
- DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*, Paris, 1995.
- ERRANTE, Antoinette. *Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar*. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n.8, set, 2000, pp. 141-174.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. SP: Editora 34, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.
- MALUFF, Sônia Weidner. *Antropologia, narrativas e a busca de sentidos*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 12, dez. 1999, p. 69-82.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 4ª. Ed, 2002.
- PEREIRA, Wilnes Martins. *Arraial do Cabo seus contos e seus encantos*. RJ: Hoffmann Editora, 2013.
- PRADO, S. M. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EDUFF, 2002.
- REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002 (Enfoques, Letras).